



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**259<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 18 e 19 de outubro de 2017**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 259ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

**Data:** 18 e 19/10/2017

1 Aos dezoito e dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dezessete teve início a 259ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr.  
3 Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes  
4 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Rosângela Maria Soares  
5 dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do Fórum  
6 Nacional do Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira Titular Carmen Lúcia  
7 Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos;  
8 Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua;  
9 Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos Empregados em  
10 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Titular Alberto  
11 Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro  
12 Suplente Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro  
13 Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores  
14 da Seguridade Social - CNTSS; Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da  
15 Fundação Projeto Pescar; Conselheira Titular Maria Izabel de Amorim, Representante do Ministério  
16 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Luís Otávio Pires de Farias, Representante  
17 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo,  
18 Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira  
19 Suplente Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheiro Suplente  
20 Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral –  
21 CADI; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto  
22 de Ação Social; Conselheira Titular Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério  
23 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Marisa Rodrigues da Silva,  
24 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira

25 Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
26 Social - MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do  
27 Desenvolvimento Social/MDS; Conselheira Suplente Caroline Miranda Sampaio, Representante do  
28 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Leísa Mendes de Sousa,  
29 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS;  
30 Conselheira Cleonice Caetano Souza, Representante da Central Sindical União Geral dos  
31 Trabalhadores – UGT; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira, Representante do Conselho Federal  
32 da Ordem dos Advogados do Brasil – DF; Conselheira Suplente Nayara Frutuoso Furtado,  
33 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **ABERTURA 18/10/2017:** O  
34 Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e  
35 Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, iniciou a reunião  
36 cumprimentando a todos e arrazoou que inicia essa reunião desanimado, por não existir outra  
37 situação em relação ao devido ajuste ao projeto de lei orçamentário que se encontra no Congresso  
38 Nacional, pelo fato do Supremo Tribunal está defendendo o voto aberto para questões do legislativo  
39 e pela portaria permitindo a flexibilização de uma caracterização de trabalho escravo. Observou que  
40 as conferências estaduais, em que participou, possuem uma dificuldade de realizar uma análise de  
41 conjuntura ampla, passando a palavra a Vice-Presidente do CNAS. A Conselheira Rosângela Maria  
42 Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do  
43 Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, cumprimentou a todos e  
44 destacou que é o momento de todos se manterem com altivez, sabendo que estão exercendo os seus  
45 papéis e lutando pelos seus direitos. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou que realizasse a  
46 verificação do quórum. Verificado o quórum, realizou uma atualização sobre os encaminhamentos  
47 sobre o orçamento, informando que a audiência pública foi marcada para o dia 25 de outubro.  
48 Prosseguindo, informou que a pauta é composta por: Dia 18/10: das 09h00 as 09h30 – Aprovação  
49 da Ata da 258ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 259ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30  
50 as 11h00 – Informes da Presidência, Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
51 Conselheiros; das 11h00 as 12h00 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional  
52 de Assistência Social; das 14h00 as 16h00 – Apresentação sobre a Execução Orçamentária e  
53 Financeira da Assistência Social; das 16h00 as 18h00 – Balanço da Proteção Social Básica. Dia  
54 19/10: das 09h00 as 10h30 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h30 as 12h00 – Relato da  
55 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 as 15h30 - Relato da

56 Comissão de Normas da Assistência Social; das 15h30 as 16h30 - Relato da Comissão de  
57 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h30 as 18h00 – Relato da Comissão  
58 de Políticas da Assistência Social. Informou que existe uma solicitação formal para que a  
59 apresentação sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Assistência Social seja transferida  
60 para novembro, tendo em vista a impossibilidade de participação da Diretora do Fundo Nacional de  
61 Assistência Social – FNAS que justificou a sua ausência. Complementou que a Secretária Nacional  
62 de Assistência Social está viajando a trabalho e não poderá estar presente nesse dia, sendo que foi  
63 informado que estaria presente amanhã pelo Chefe de Gabinete, sugerindo transferir os informes do  
64 MDS para o segundo dia de reunião. Acrescentou que existe uma solicitação da Conselheira Renata  
65 Aparecida Ferreira de que o Balanço da Proteção Social Básica seja realizado no segundo dia de  
66 reunião, sugerindo trazer alguns dos relatos das Comissões para esse dia. Lembrou que a  
67 Conselheira Edna Aparecida Alegro gostaria de deixar em aberto a possibilidade de realizar um  
68 novo momento no Congresso Nacional, considerando o andamento da Reforma da Previdência.  
69 Explanou que os jornais trouxeram a informação de que a Casa Civil e o Ministério da Fazenda  
70 estavam ser articulando em torno de uma proposta da previdência com três pontos principais,  
71 excluindo o BPC. Seguindo para os informes da Presidência e da Secretaria Executiva, a Sra. Maria  
72 Auxiliadora Pereira, Secretária Executiva do CNAS, informou que justificaram as ausências:  
73 Conselheira Edna Aparecida Alegro, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais;  
74 Conselheira Maria José, nessa reunião ordinária, por estar representando o CNAS na Oficina  
75 Regional sobre grupos populacionais tradicionais e específicos no Cadastro Único e no Programa  
76 Bolsa Família do período de 16 a 19 de outubro em Manaus/AM; Conselheira Marília Paiva de  
77 Carvalho, nessa reunião ordinária, devido a férias nesse período; Conselheira Solange Teixeira,  
78 nessa reunião, por estar representando o CNAS na Conferência Estadual de Pernambuco nos dias 17  
79 e 18 de outubro; Conselheiro Carlos Nambu, nessa reunião ordinária, por estar representando o  
80 CNAS na Conferência Estadual do Pará nos dias 18 e 19 de outubro; Conselheira Luziana Carvalho  
81 de Albuquerque Maranhão, nessa reunião ordinária, por estar representando o CNAS na  
82 Conferência Estadual de Tocantins nos dias 18 e 19 de outubro; Conselheira Thereza de Lamare,  
83 nessa reunião ordinária, devido a férias nesse período. Convocações e Participações: O Conselheiro  
84 Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS na reunião da Câmara Técnica sobre  
85 Primeira Infância no SUAS no dia 17 de setembro em Brasília; os Conselheiros Leovane Gregório,  
86 Caroline Sampaio e Laís Maranhão foram convocados para a reunião da Comissão Avaliadora do

87 Mérito CNAS realizada no dia 22 de setembro; os Conselheiros Titulares foram convocados para a  
88 reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social realizada no  
89 dia 16 de outubro em Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de  
90 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social foram  
91 convocados para a reunião a ser realizada no dia 20 de outubro de 2017 em Brasília; os  
92 Conselheiros Titulares e Suplentes foram convocados para a 259ª Reunião Ordinária do CNAS no  
93 período de 17 a 19 de outubro em Brasília; a Conselheira Elisa Maciel Costa foi convocada para  
94 representar o CNAS nas atividades do Grupo de Trabalho a respeito de crianças e adolescentes de  
95 povos e comunidades tradicionais no dia 17 de outubro em Brasília; os Conselheiros Samuel  
96 Rodrigues, Carlos Nambu, Benedito Augusto de Oliveira e Maria José Vasconcelos foram  
97 convocados para representar o CNAS na Reunião do Fórum Interconselhos 2017 – PPA 2016/2019  
98 - Monitoramento Participativo nos dias 08 e 09 de novembro em Brasília; a Conselheira Maria José  
99 Vasconcelos foi convocada para representar o CNAS no 13º Simpósio do Serviço Social da  
100 UNIPLAC de Lajes/SC na discussão sobre a resistência da Política do SUAS pós PEC nº 05 e qual  
101 o papel da Política do SUAS para os povos tradicionais nos dias 24 de outubro em Lajes/SC; a  
102 Conselheira Elisa Maciel Costa foi convocada para representar o CNAS na reunião da Câmara  
103 Técnica Serviços de Acolhimento no SUAS nos dias 05 e 06 de outubro em Brasília; o Conselheiro  
104 Clodoaldo Muchinski foi convocado para representar o CNAS na Audiência Pública Conjunta da  
105 Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Comissão de Segurança e Família no  
106 dia 25 de outubro em Brasília. Convocação e Participação dos Conselheiros nas Conferências  
107 Estaduais no mês de outubro e novembro: a Conselheira Elcimara Rangel foi convocada para  
108 representar o CNAS na Conferência Estadual da Paraíba no período de 17 a 19 de outubro em João  
109 Pessoa; a Conselheira Solange Teixeira foi convocada para representar o CNAS na Conferência  
110 Estadual de Pernambuco nos dias 17 e 18 de outubro em Recife e na Conferência Estadual do Rio  
111 Grande do Sul no período de 06 a 08 de novembro em Porto Alegre; o Conselheiro Carlos Nambu  
112 foi convocado para representar o CNAS na Conferência Estadual de Sergipe nos dias 26 e 27 de  
113 outubro em Aracajú, na Conferência Estadual do Pará nos dias 18 e 19 de outubro e na Conferência  
114 Estadual de Mato Grosso nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro; a Conselheira Luziana  
115 Carvalho de Albuquerque Maranhão foi convocada para representar o CNAS na Conferência  
116 Estadual de Tocantins nos dias 18 e 19 de outubro em Palmas; a Vice-Presidente Rosângela Maria  
117 Soares dos Santos foi convocada para representar o CNAS na Conferência Estadual do Rio de

118 Janeiros nos dias 25 e 26 de outubro e na Conferência Estadual de Santa Catarina nos dias 31 de  
119 outubro e 1º de novembro em Florianópolis; os Conselheiros Leovane Gregório e Elisa Maciel  
120 Costa foram convocados para acompanhar a Conferência do Distrito Federal no período de 09 a 11  
121 de outubro em Brasília; a Conselheira Raquel Antunes foi convocada para representar o CNAS na  
122 Conferência Estadual de Goiás nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro; a Conselheira Elisa  
123 Maciel Costa foi convocada para representar o CNAS na Conferência Estadual do Amazonas nos  
124 dias 08 e 09 de novembro. Participações do Presidente do CNAS nas Conferências Estaduais que  
125 aconteceram e acontecerão em outubro e novembro: Piauí – 16 a 18 de outubro; Amapá – 24 e 25  
126 de outubro; Ceará – 25 e 26 de outubro; Maranhão – 30 e 31 de outubro e 1º de novembro; Bahia –  
127 08 a 10 de novembro. *E-mail* enviados aos Conselheiros do CNAS: Comunicado da IV Conferência  
128 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR; InfoSUAS de 29 de setembro de 2017 –  
129 Plano Progredir irá promover autonomia das pessoas de baixa renda; Apresentação do Balanço da  
130 Expansão e Qualificação dos Serviços e Benefícios e as Unidades Socioassistenciais da Proteção  
131 Social Básica; Ata e degravação da Plenária da 258ª Reunião Ordinária do CNAS; Relato da  
132 Conselheira Elisa Maciel Costa sobre a sua participação com representante do CNAS na Reunião da  
133 Câmara Técnica de Acolhimento no SUAS nos dias 05 e 06 de outubro; Pauta da 259ª Reunião  
134 Ordinária do CNAS publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de outubro – Seção I.  
135 Resoluções, leis e portarias publicadas no Diário Oficial: Resolução CNAS nº 15 de 03 de outubro  
136 de 2017, publicada no dia 04 de outubro de 2017, Seção I - Página 49, que altera a Resolução nº 08  
137 de 16 de março de 2012 do CNAS, que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS –  
138 Capacita SUAS e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos estados e do Distrito Federal  
139 ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS – Capacita SUAS e dá  
140 outras providências; Resoluções consolidadas com a Resolução CNAS nº 15 de 2017, Resolução  
141 CNAS nº 08 de 2012, Resolução CNAS nº 24 de 2013 e Resolução CNAS nº 28 de 2014. Audiência  
142 Pública: No dia 28 de setembro, de 09h00 as 11h00, participaram de audiência pública: Renato de  
143 Lima Correa – Presidente do Conselho Municipal de Mamboré/PR; Denilson Miliossi – Prefeito  
144 Municipal de Barbosa Ferraz/PR; Maria Cristina de Lima – Coordenadora da Coordenação de  
145 Acompanhamento aos Conselhos; Suzani Gonçalves de Oliveira – Coordenação de Financiamento;  
146 Rosângela Almeida – Coordenação de Normas, sendo que o assunto tratado foi acerca de  
147 Benefícios Eventuais e ações intersetoriais. A equipe CNAS enviará versão eletrônica de folder  
148 sobre os Benefícios Eventos e folder sobre a ferramenta para o controle social do SUAS; No dia 04

149 de outubro, as 15h00, o Presidente Fábio Moassab Bruni esteve em audiência com o relator geral do  
150 orçamento, Deputado Cacá Leão, que aconteceu por solicitação do Deputado Antônio Brito, para  
151 discussão e apoio para a recomposição do orçamento da Assistência Social; também estiveram  
152 presentes a Deputada Rosângela Gomes, Senador Roberto Muniz, Vice-Governador da Bahia João  
153 Felipe Leal, representantes do COEGEMAS, os Conselheiros Nacionais Marisa Rodrigues e  
154 Leovane Gregório e a Secretária Executiva do CNAS. Datas Comemorativas de outubro: dia 1º -  
155 Dia Internacional do Idoso; dia 11 – Dia do Deficiente Físico. Conselheiros Aniversariantes de  
156 outubro: dia 1º - Maria José Vasconcelos; dia 02 – Marília Paiva; dia 19 – Maria Izabel de Amorim;  
157 dia 27 – Luís Otávio Pires de Farias; dia 31 – Clodoaldo Munchinski. O Presidente Fábio Moassab  
158 Bruni esclareceu que a Conselheira Raquel Antunes não foi convocada para nenhuma conferência  
159 estadual, solicitando a retirada dessa questão e que, a Conselheira Caroline será convocada para  
160 participação da Conferência Estadual de Goiás. Discorreu que, nas participações do presidente nas  
161 conferências estaduais, está faltando à inclusão da Conferência Estadual do Rio Grande do Norte. O  
162 Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua, justificou  
163 que não poderá participar da Reunião do Fórum Interconselhos 2017, uma vez que já possui um  
164 compromisso agendado no Comitê de População de Rua da SDH. Diante a situação, o Presidente  
165 Fábio Moassab Bruni indicou o Conselheiro Leovane Gregório para substituir o Conselheiro  
166 Samuel Rodrigues. Iniciando os informes do FONSEAS, a Conselheira Leísa Mendes de Sousa,  
167 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS,  
168 destacou que causou um grande constrangimento o cancelamento da reunião da CIT sem  
169 justificativa, sendo que o FONSEAS se reuniu no início de outubro e discutiu sobre a realização de  
170 encontro entre o FONSEAS e o CONGEMAS, para alinhar melhor a relação com o MDS que se  
171 encontra fragilizada. Complementou que será realizado um encontro, no dia 07 de novembro, em  
172 que será discutido sobre as estratégias necessárias para o fortalecimento dos estados e municípios  
173 para garantir o desenvolvimento da Política de Assistência Social. A Conselheira Mariana de Souza  
174 Machado Neris, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, explicou que a  
175 reunião da CIT foi cancelada por não haver quórum necessário dos entes federados. Prosseguindo  
176 para os informes do CONGEMAS, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Representante do  
177 Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, explanou que o CONGEMAS está  
178 pleiteando um diálogo com o FONSEAS, sendo que foi consensuada a realização de uma plenária  
179 ampliada, que será realizada no dia 07 de novembro, em que será discutido sobre atual conjuntura e

180 sobre a relação interface SUAS e SINASE. Afirmou que os gestores municipais continuam lutando  
181 em defesa do orçamento da Assistência Social e registrou algumas visitas realizadas as Bancadas  
182 pelo CONGEMAS, destacando o trabalho da Bancada do Estado da Bahia. Com relação aos  
183 informes dos Conselheiros, o Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal  
184 de Psicologia – CFP, compreendeu que é fundamental que algumas agendas sejam trabalhadas com  
185 cuidado, para que não aconteça problemas de ordem administrativa e articulou que existe uma  
186 expectativa de seja realizado um bom debate na reunião da CIT de novembro, para avançar em  
187 algumas pautas que ainda estão pendentes. O Presidente Fábio Moassab Bruni comunicou que  
188 participou das Conferências Estaduais de Assistência Social de Minas Gerais, São Paulo e do Piauí,  
189 relatando sobre os principais pontos positivos e negativos das mesmas. A Conselheira Elisa Maciel  
190 Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali, explanou que a Conferência de Assistência  
191 Social do Distrito Federal houve uma situação desagradável em relação à sociedade civil,  
192 salientando que essa questão resultou na retirada dos Conselheiros da CNAS ao final da  
193 conferência. Postulou que, talvez, a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social terá um número  
194 ínfimo de representações de povos e comunidades tradicionais, uma vez que não é garantida a sua  
195 participação. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos informou que participou da  
196 Conferência Estadual de Assistência Social de Roraima, em que observou a falta da participação  
197 dos povos e comunidades tradicionais e do processo de mobilização dos usuários. Acrescentou que  
198 também participou da Conferência Estadual de Assistência Social de Alagoas, que realizou uma  
199 abertura política e também possuía uma quantidade muito pequena de usuários participando e da  
200 Conferência Estadual do Paraná, que contou com a participação de vários representantes dos  
201 trabalhadores do SUAS. Com relação à Conferência de Assistência Social do Distrito Federal,  
202 ilustrou que desde o início tentaram mostrar ao CAS/DF que havia alguns itens equivocados no  
203 processo de organização, porém, o mesmo não seguiu as orientações e causou problemas com os  
204 usuários, sendo que os Conselheiros tomaram a decisão de se retirem da conferência. Observou que  
205 o Centro de Convenções Ulisses Guimarães está em situação de abandono, sugerindo que o CNAS  
206 observe essa questão para a realização da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. O  
207 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos  
208 Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS, informou que participou da Conferência Estadual de  
209 Assistência Social do Acre, observando também a ausência de representantes dos usuários e dos  
210 povos e comunidades tradicionais. Explanou que foi convidado a participar de uma oficina não



211 ligada a conferência, para tratar sobre a questão do trabalho no SUAS e sobre a Mesa Nacional de  
212 Gestão do SUAS, em que houve uma grande participação dos trabalhadores. A Conselheira Silvia  
213 Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar, relatou sobre a situação de Porto  
214 Alegre e a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris arrazoou que o fluxo migratório tem sido  
215 uma preocupação da SNAS, salientando que necessário realizar um debate qualificado sobre a  
216 situação particular que envolve os migrantes indígenas venezuelanos. Observou que algumas  
217 posturas institucionais têm flexibilizado a violência contra esses migrantes indígenas e discorreu  
218 que é necessário enfrentar as emergências sociais, uma vez que essa questão ainda não foi  
219 regulamentada no SUAS. Questionou ao Presidente se podem trazer a discussão sobre a violação de  
220 direitos no contexto de grupos e comunidades tradicionais de uma forma mais séria. O Presidente  
221 Fábio Moassab Bruni compreendeu que é uma pauta que deve ter um debate planejado no Pleno,  
222 porém, ilustrou que existe uma dificuldade para definir uma data. O Conselheiro Leovane Gregório  
223 ponderou que precisam ter um zelo maior com a Conferência Nacional, para que o Centro de  
224 Convenções Ulisses Guimarães possa ter as condições mínimas para receber todos os participantes  
225 e compreendeu que seria necessário aumentar a interlocução com o CEAS de Roraima, para auxiliar  
226 nos trabalhos com os migrantes venezuelanos. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
227 Santos explanou que a questão não é CEAS de Roraima, posto que o mesmo está fazendo seu papel,  
228 mas, sim uma briga política entre o Governo do estado e a prefeitura e mencionou que as  
229 participações dos representantes da SNAS estão sendo muito importantes nas conferências. A  
230 Conselheira Elisa Maciel Costa articulou que precisam fazer essa discussão, porém, não sabe se a  
231 Conferência Nacional seria o local ideal para iniciar esse processo e reafirmou que o racismo  
232 institucional é um problema de recorte étnico. Comentou que as grandes obras estão atingindo os  
233 recortes étnicos raciais, que estão sendo colocados de lado novamente em relação ao assentamento,  
234 distribuição, violações de trabalho infantil e a violência sexual. A Conselheira Maria Izabel de  
235 Amorim, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, reforçou que a Mesa  
236 Nacional de Gestão do SUAS é uma instância extremamente importante, mencionando que está  
237 havendo uma demanda grande, por parte dos estados e municípios, para compreender como é o seu  
238 funcionamento. Relatou que a Mesa Nacional é um espaço para discussões acerca da possibilidade  
239 de avanço em relação à organização dos trabalhadores dentro do SUAS e que, existe um  
240 entendimento que seria bastante importante incluir a sua discussão na Conferência Nacional. A  
241 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social,

242 reforçou que é muito salutar trazer o debate sobre a população imigrante para o Conselho Nacional  
243 e para os conselhos estaduais e municipais e compreendeu que não podem deixar de tratar desse  
244 assunto, uma vez que essa população poderá migrar para outros estados brasileiros ampliando as  
245 dificuldades. Elucidou que a violação dos direitos nos grandes empreendimentos é pauta dos  
246 grandes debates da região norte, sendo que as grandes hidrelétricas são responsáveis por uma  
247 condição absurda de violação as cidades ligadas às mesmas. Postulou que é necessário realizar uma  
248 interface com outros conselhos que possuem pautas semelhantes ao CNAS, para que essas pautas  
249 sejam fortalecidas. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva colocou o CONGEMAS a disposição  
250 para participar da discussão sobre os imigrantes e o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que  
251 será realizado um questionamento ao CAS/DF em relação ao processo de eleição e entendeu que  
252 poderia ser encaminhado um ofício a Secretaria do Distrito Federal para tratar sobre a infraestrutura  
253 do Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão de  
254 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada no dia 17 de outubro de 2017, o  
255 Conselheiro Leovane Gregório elencou os conselheiros, convidados, ouvintes e membros da  
256 Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)  
257 Informes: a) Demandas respondidas pela Comissão; b) Reunião com a equipe da Coordenação  
258 Geral de Gestão Descentralizada e de Participação Social, no dia 29 de setembro de 2017; c)  
259 Participação da Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão em oficina sobre os  
260 serviços nas unidades Centro Dia da Assistência Social, especialmente para crianças com  
261 microcefalia. Item II) Apresentação das informações do DGSUAS sobre a composição dos  
262 conselhos, especialmente sobre a representação da sociedade civil. Encaminhamento: A área de  
263 Vigilância Socioassistencial fará ajuste na apresentação no sentido de torná-la auto-explicativa e  
264 enviará ao CNAS para disponibilizar no *site*. Item III) Acompanhamento das ações relativas ao  
265 Conselhos Municipais com problemas sob a situação de cadastro no CadSUAS. Encaminhamentos:  
266 01) Na próxima reunião da CAC será apresentada minuta de orientação elaborada em conjunto pela  
267 Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, pela Rede SUAS e pela Vigilância  
268 Socioassistencial do SUAS, com o objetivo de instruir sobre os registros no CadSUAS e a gestão  
269 das senhas de acesso; 02) Será dada continuidade ao acompanhamento da questão acima em relação  
270 ao quatro conselhos que ainda não estão com o Presidente indicado no CadSUAS. Item IV) Relato  
271 da participação dos Conselheiros Nacionais nas Conferências Estaduais. Item V) Revisão II do  
272 Tutorial de Boas Vindas aos Conselheiros de Assistência Social. Encaminhamento: Conforme

273 cronograma aprovado do dia 17 a 23 de outubro, a Secretaria Executiva/CAC enviará o *link* aos  
274 Conselheiros para observações finais caso necessário. Item VI) Definição da pauta de novembro:  
275 Acompanhamento das ações relativas aos Conselhos Municipais com mandato ativo e que estão  
276 sem Presidente indicado no CadSUAS; Minuta de Orientação Técnica sobre o CadSUAS;  
277 Discussão sobre o lançamento do Tutorial na Conferência Nacional; Relatos sobre as Conferências  
278 Estaduais; Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
279 Social com a Comissão de Política da Assistência Social sobre o assunto de imigração; Outros  
280 Assuntos. A Sra. Maria Cristina de Lima, Secretaria Executiva do CNAS, apresentou Tutorial de  
281 Boas Vindas aos Conselheiros de Assistência Social com os ajustes realizados, ressaltando que os  
282 ajustes finais serão realizados até o dia 23 de outubro e que a sua finalização será realizada no dia  
283 17 de novembro, com a previsão de lançamento na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
284 O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que esse tutorial será muito importante e  
285 agradeceu o empenho da Comissão. O Conselheiro Leovane Gregório relatou que o Fórum dos  
286 Trabalhadores do SUAS terá que realizar um grande esforço em montar uma estratégia a partir da  
287 apresentação das informações do DGSUAS sobre a composição dos conselhos, para saber como  
288 será trabalhado para que os trabalhadores entendam a necessidade de estar nos Conselhos. Solicitou  
289 que os Conselheiros acessem o *link* com o tutorial e realizem as suas contribuições, para que  
290 possam avançar no processo. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Comissão de  
291 Acompanhamentos aos Conselheiros da Assistência Social foi aprovado. Seguindo para o relato da  
292 Reunião da Comissão de Política da Assistência Social realizado no dia 17 de outubro de 2017, a  
293 Conselheira Maria Izabel de Amorim elencou os Conselheiros, convidados e membros da Secretaria  
294 Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Panel: O  
295 Papel da Assistência Social no Plano Nacional de Segurança Pública – ações intersetoriais de  
296 prevenção da violência e criminalidade. Encaminhamentos: 01) Enviar para os Conselheiros do  
297 Conselho Nacional de Assistência Social a minuta do Plano Nacional de Segurança Pública, para os  
298 mesmos possam enviar contribuições até o dia 27 de outubro impreterivelmente; 02) Que a  
299 SENASP convide o CNAS para sua participação no Grupo de Trabalho de revisão do Plano  
300 Nacional de Segurança Pública; 03) Que o CNAS faça articulação com a Comissão de Segurança da  
301 Câmara e do Senado Federal (O que a Segurança Pública tem feito para o público da Assistência  
302 Social?); 04) Que o CNAS faça articulação com as Ouvidorias da SDH e da Presidência da  
303 República, que seja a apresentação de dados em relação ao público específico da Assistência Social;

304 05) Submeter à Presidência Ampliada à proposta de realização de um Painel em 2018, no Pleno,  
305 com o objetivo de apresentar as metas do Plano de Segurança Pública para o público da Política de  
306 Assistência Social com a presença de representantes da educação e do trabalho (data a ser indicada  
307 pela SENASP após a revisão do Plano). Item II) Informes: Nota Técnica nº 20/2017 – SNPDC-  
308 GAB/SNPDC. Item III) Definição da Pauta de 21 de novembro: Apresentação da estruturação da  
309 Vigilância Socioassistencial no SUAS. Convidado: SNAS/MDS; Reunião Conjunta com a  
310 Comissão de Conselhos da Assistência Social - Painel: O Papel da Assistência Social no  
311 Acolhimento dos Refugiados Imigrantes. Convidados: SNAS/MDS; Conselho Nacional de  
312 Imigração – CNI; Agência da ONU para Refugiados – ACNUR; Professora Ciza Oliveira ou  
313 Lucimara Cavalcanti. Item Outros Assuntos: a) Resolução CNDI nº 33/2017. Encaminhamentos:  
314 01) Levar para consideração, na Presidência Ampliada, a realização de uma reunião com a CNAS e  
315 CNDI com a presença dos respectivos presidentes, Coordenadora da Comissão de Políticas e um  
316 representante da SNAS do Departamento de Proteção Social Especial; 02) Encaminhar por *e-mail* a  
317 cópia da Resolução CNDI nº 33 para os integrantes da Comissão; 03) Visando qualificar a  
318 incidência política no âmbito do legislativo, sugere a Presidência Ampliada um fluxo permanente da  
319 Comissão de Normas da Assistência Social e quando for o caso, que sejam encaminhadas PLs,  
320 PECs e outras legislações as Comissões relacionadas aos temas para inclusão de pauta. A  
321 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva questionou em que área está localizada o Plano Nacional de  
322 Segurança Pública e a Conselheira Maira Izabel de Amorim esclareceu que o Plano está vinculado a  
323 SENASP do Ministério da Justiça. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva lamentou sobre o  
324 prazo curto para contribuições, registrando que existem grandes conflitos no âmbito da gestão  
325 municipal na média complexidade, especialmente em relação à segurança pública. Compreendeu  
326 que é necessário ampliar um diálogo interno dentro da gestão com o Ministério Público e com a  
327 própria polícia, que não possui preparo para abordar os usuários da Assistência Social. Não havendo  
328 mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Política da Assistência Social foi  
329 aprovado. Iniciando o relato da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de  
330 Assistência Social, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos elencou os Conselheiros,  
331 convidados e membros da Secretaria Executiva presentes e arrazou que foram debatidos os  
332 seguintes itens de pauta: Item I) Diálogo sobre a programação da 11ª Conferência Nacional de  
333 Assistência Social: a) realização da Conferência Magna. Encaminhamento: A Comissão  
334 Organizadora acatou a sugestão da Equipe de Colaboradores e sugere ao Pleno a aprovação da

335 inclusão da Conferência Magna no primeiro dia da programação da 11ª Conferência Nacional de  
336 Assistência Social. b) Ementas; c) Inclusão de assuntos e temas para serem abordados nas 24  
337 oficinas da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social que estão sob a responsabilidade da  
338 SNAS/MDS. Encaminhamentos: A Comissão Organizadora sugere a SNAS os seguintes  
339 assuntos/temas para as oficinas: questão étnico racial no SUAS, questão de gênero no SUAS, gestão  
340 compartilhada e responsabilidade dos entes, vigilância socioassistencial, cruzamento de base de  
341 dados com o Cadastro Único, intersectorialidade, ciclo orçamentário e acompanhamento da  
342 sociedade como controle social, inclusão no mundo do trabalho, acolhimento institucional para  
343 crianças e adolescentes, assessoramento de defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS,  
344 resultados dos grupos de trabalho, benefícios eventuais, orçamento da Assistência Social e sua  
345 distribuição espacial no Brasil – evolução histórica, inclusão da pessoa com deficiência no âmbito  
346 do SUAS, controle social na perspectiva dos usuários, o papel fundamental das Secretárias  
347 Executivas no controle social. Item II) a) Lista de convidados da 11ª Conferência Nacional de  
348 Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Comissão sugere que os convidados que estão na cor  
349 vermelha serão convidados apenas para o Ato em Defesa da LOAS, tendo em vista a lista total de  
350 convidados ser maior do que a capacidade de vagas que o CNAS dispõe; 02) A Comissão sugere  
351 que os nomes dos convidados, tanto do Governo quanto da sociedade civil, sejam encaminhamentos  
352 a Secretaria Executiva do CNAS até o dia 03 de novembro, para que o CNAS crie o perfil e *login*  
353 de inscrição desses convidados no SISConferência para que os mesmos façam as suas inscrições; b)  
354 Demandas recebidas no CNAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão Organizadora sugere que o  
355 CNAS responda essas demandas e demais demandas de igual teor, informando que não há  
356 possibilidade de ampliar a lista de convidados, pois a mesma está definida. Não havendo a  
357 possibilidade de inclusão das solicitações pleiteadas. Item III) Definição de critérios e prazos para  
358 inscrição de observadores – 300 vagas. Encaminhamentos: 01) A Comissão indica que o  
359 SISConferência esteja disponível no *site* do CNAS a partir do dia 03 de novembro para inscrição  
360 dos 300 observadores e que além disso, deve ser criado critério/regra no sistema que calcule  
361 percentual de vagas; 02) Tendo em vista o quantitativo populacional por região, o CNAS fará  
362 divulgação ampla por meio do CNAS Informa, *site*, *blog* e *facebook* sobre a abertura de inscrição  
363 para observadores, informando a data e hora e esclarecendo que as vagas são limitadas e que o seu  
364 preenchimento será por ordem de inscrição, bem como esclarecendo que os custos de participação  
365 (passagem, hospedagem, alimentação e traslado em Brasília) é de responsabilidade da instituição

366 que representa ou do próprio escrito. Item IV) Definição dos delegados representantes da esfera  
367 federal. Encaminhamento: A Comissão se comprometeu em enviar a Secretaria Executiva do CNAS  
368 os nomes dos delegados federais (governo e sociedade civil) até o dia 30 de outubro para  
369 providências quanto ao perfil *login* e SISConferência. Item V) Solicitações de agendamento de  
370 reuniões da sociedade civil durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
371 Encaminhamento: Conforme previsto no Informe CNAS nº 06/2017, o CNAS disponibilizará  
372 durante a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social uma sala para reunião dos diversos  
373 segmentos com capacidade para 200 pessoas com a finalidade de atender as demandas de reuniões  
374 dos segmentos da Assistência Social mediante agendamento prévio na Sala de Soluções e em  
375 hipótese alguma concorrendo com a programação da 11ª Conferência Nacional de Assistência  
376 Social. Item VI) Informes: a) Prêmio Mérito CNAS. Item VII) Termo de Referência da 11ª  
377 Conferência Nacional de Assistência Social. Item VII) Pauta da Reunião da Comissão de  
378 novembro: Proposta de Regimento da 11ª Conferência de Assistência Social. O Conselheiro  
379 Leovane Gregório intuiu que precisam definir qual será o objetivo da Conferência Magna, uma vez  
380 que haja o entendimento de sua necessidade e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins,  
381 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, ponderou que deveria ser  
382 mencionado sobre o debate do conteúdo dessa Conferência, em que foi consensuado que será  
383 realizada a explanação de uma pessoa que não esteja dentro da Assistência Social. A Vice-  
384 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos complementou que durante a discussão surgiu  
385 alguns critérios e algumas indicações para a Conferência Magna, como: Professor Edval Bernadino,  
386 Frei Beto, Dal Delamare, Leonardo Bofe, Eliane Brun, Viviane Mozé, Mugica e Mário Sérgio  
387 Cortela. O Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que o argumento colocado de desvalorização  
388 do tema da 11ª Conferência Nacional para realização da Conferência Magna não lhe comove,  
389 porém, afirmou que pelo contexto devem reafirmar a Assistência Social como um direito. O  
390 Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
391 MDS, inferiu que cabe uma discussão sobre a realização ou não da Conferência Magna e o  
392 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que a Conferência Nacional não ficará  
393 desestimulada caso não seja realizada uma Conferência Magna, entretanto, caso decidam pela  
394 realização da mesma, devem indicar um nome que consiga abordar o tema. A Vice-Presidente  
395 Rosângela Maria Soares dos Santos intuiu que a Conferência Magna é importante, uma vez que  
396 poderá retratar todo o processo conferencial realizado nos municípios e nos estados e o Presidente

397 Fábio Moassab Bruni concordou com a sua realização após a abertura. Após várias manifestações  
398 em relação à realização ou não da Conferência Magna e sobre a indicação do Frei Beto pelos  
399 representantes da sociedade civil, os Conselheiros consensuam pela realização da Conferência  
400 Magna desde que consigam como palestrante entre as seguintes indicações: Eliane Brun, o Frei  
401 Beto e Mário Sérgio Cortela. O Presidente Fábio Moassab Bruni articulou que precisa saber como  
402 serão conduzidos os convites para a Mesa de Estratégias Coletivas da Sociedade Civil, sendo que  
403 houve uma proposta de encaminhar esses convites aos fóruns nacionais. O Conselheiro Benedito  
404 Augusto de Oliveira elucidou que o Fórum Nacional dos Trabalhadores indicará o representante que  
405 representará os trabalhadores e a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da  
406 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, elucidou que o Fórum Nacional dos  
407 Usuários não representa todas as formas de organização dos usuários. A Conselheira Silvia Regina  
408 Ramires informou que o convite pelas entidades será encaminhado a Coordenação do movimento e  
409 a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos postulou que não foi mencionado as  
410 indicações para o debate dos eixos, sendo que os membros da Equipe de Colaboradores se  
411 disponibilizaram a participar e sugeriram convidar mais uma pessoa da área da Assistência Social e  
412 trazer os colaboradores dos vídeos como expositores, como o IPEA. O Presidente Fábio Moassab  
413 Bruni esclareceu foi uma solicitação sua que fossem registradas as indicações em um documento a  
414 parte, uma vez que existe a possibilidade dos indicados não aceitarem o convite. O Conselheiro  
415 Leovane Gregório compreendeu que é importante que os Conselheiros do CNAS assumam a tarefa  
416 de realizar o debate dos quatro eixos, colocando-se a disposição para os Eixos II e IV e a  
417 Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça ilustrou que poderiam pensar em outras indicações ao  
418 invés dos colaboradores dos vídeos dos eixos. Os Conselheiros Luís Otávio Pires de Farias e  
419 Benedito Augusto de Oliveira concordaram que não seria interessante a participação do IPEA no  
420 debate dos eixos e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins relatou que, durante a reunião  
421 da Comissão Organizadora, defendeu que os representantes do IPEA são estudiosos dos temas,  
422 entretanto, concordou que não é o momento para trazer elementos metodológicos. Sugeriu que fosse  
423 dada a oportunidade de convidar alguns representantes do IPEA, explicando qual o objetivo da  
424 discussão e entendeu que poderiam aprofundar qual seria o papel dos Conselheiros nessa discussão  
425 em relação à participação específica nos eixos. O Presidente Fábio Moassab Bruni manifestou que,  
426 independente de concordarem ou não com a indicação do IPEA como expositor, é necessário  
427 discutir sobre as indicações e compreendeu que, o debate dos eixos, não é um espaço para os

428 Conselheiros atuarem como expositor, propondo realizar um momento de comentário dos  
429 Conselheiros sobre as exposições. O Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias entendeu que os  
430 Conselheiros poderiam atuar como coordenadores nas discussões dos eixos. Realizadas todas as  
431 manifestações referente à mesa de discussão dos eixos, os Conselheiros consensuam em ter um  
432 coordenador geral e quatro expositores, um para um dos eixos, sendo que as indicações serão  
433 realizadas posteriormente. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira entendeu que seria  
434 necessário ter um espaço, na plenária, para que a Mesa Nacional de Gestão do Trabalho pudesse  
435 realizar uma exposição rápida ao invés de uma oficina e arrazoou que o Fórum dos Trabalhadores  
436 gostaria de realizar uma oficina. O Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que os trabalhos da  
437 Mesa Nacional de Gestão do Trabalho serão mencionado na explanação da Secretária Nacional de  
438 Assistência Social e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que apenas a  
439 explanação da Secretária Nacional de Assistência Social não contemplará o objetivo. O Conselheiro  
440 Luís Otávio Pires de Farias ilustrou que a Secretária Nacional de Assistência não entrará na  
441 discussão de conteúdo da Mesa Nacional, tendo em vista que se trata de um ponto dentro um  
442 balanço geral e compreendeu que poderia ser realizada uma oficina específica da Mesa Nacional de  
443 Gestão do Trabalho. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira entendeu que uma oficina  
444 específica do Mesa Nacional de Gestão do Trabalho contempla a solicitação e a Conselheira Maria  
445 Izabel de Amorim intuiu que é fundamental utilizar o espaço da Conferência Nacional, para que  
446 realmente seja efetivada e consolidada essa Mesa Nacional. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
447 ponderou que é necessário construir alguns critérios para definir quais serão as oficinas realizadas e  
448 o Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias solicitou que o CNAS remeta as solicitações e/ou  
449 sugestão de oficinas para o DGSUAS, para que possam dar um retorno para a Secretaria Executiva  
450 do CNAS. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça questionou qual foi o critério de escolha dos  
451 convidados e o Presidente Fábio Moassab Bruni explicou que essas indicações foram realizadas em  
452 uma reunião do CNAS. O Conselheiro Leovane Gregório reivindicou que os Fóruns Estaduais dos  
453 Trabalhadores tenham o mesmo número de convidados do FONSEAS e do CONGEMAS e o  
454 Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu retirar os convidados dos Conselheiros, entendendo que  
455 seria importante manter os Coordenadores Estaduais do Bolsa Família. Havendo discordância dos  
456 Conselheiros Luís Otávio Pires de Farias, Marisa Rodrigues da Silva, Leísa Mendes de Sousa e  
457 Leovane Gregório em realizar um convite específico aos Coordenadores Estaduais do Bolsa  
458 Família, foi consensuado em disponibilizadas essas vagas para a sociedade civil. O Conselheiro



459 Luís Otávio Pires de Farias observou que seria importante que o MDS tivesse a possibilidade de ter  
460 alguns convidados e o Presidente Fábio Moassab Bruni propôs fosse disponibilizada 10 vagas para  
461 o MDS. Reforçou que a Secretaria Executiva do CNAS precisa receber os dados necessários de  
462 cada um dos convidados até o dia 03 de novembro, para que sejam realizados os convites. Com  
463 relação às demandas de participações, sugeriu incluir a recomendação de que os mesmos participem  
464 como observadores na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. O Conselheiro Leovane  
465 Gregório questionou como serão distribuídos os observadores e a Conselheira Raquel de Fátima  
466 Antunes Martins informou que a Comissão Organizadora chegou à conclusão que, talvez, pudessem  
467 distribuir os observadores por regiões do país de acordo com o número populacional. Não havendo  
468 mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência  
469 Nacional de Assistência Social foi aprovado. **ENCERRAMENTO 18/10/2017:** O Presidente Fábio  
470 Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e deu por encerrada o primeiro dia da 259ª Reunião  
471 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social. **ABERTURA 19/10/2017:** O Presidente  
472 Fábio Moassab Bruni iniciou o segundo dia da 259ª Reunião do Conselho Nacional de Assistência  
473 Social cumprimentando a todos e solicitou que fosse verificado o quórum. Verificado o quórum, a  
474 Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, cumprimentou a  
475 todos e parabenizou o CNAS pela realização do processo conferencial de 2017. Articulou que não  
476 conseguiram avançar em relação à questão do orçamento, salientando que estão vivendo uma crise  
477 econômica, financeira e política que está castigando todas as políticas públicas do Brasil. Informou  
478 que será realizado um mutirão, para criar algumas medidas para facilitar a otimização dos recursos  
479 existentes, sendo que existe uma proposta de fusão dos cinco blocos em apenas três blocos de  
480 financiamento. Destacou que é necessário realizar um momento em torno do preenchimento  
481 fidedigno do Censo SUAS, passando a palavra a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris para  
482 que complemente o informe da SNAS. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris articulou  
483 que todos os questionários do Censo SUAS estão aberto para preenchimento dos gestores, sendo  
484 que os CRAS e as unidades dos Centros de Convivência terão até o dia 10 de novembro para  
485 preenchimento, os CREAS, os Centros PoP e Centros Dia terão até o dia 17 de novembro e os  
486 demais terão até o dia 1º de dezembro, possuindo um prazo de ratificação na semana seguinte para  
487 todos os questionários. O Presidente Fábio Moassab Bruni notificou que foi elaborado e lançado no  
488 encontro do CONGEMAS de maio um folder com os sistemas do MDS para os Conselhos e que, foi  
489 elaborado um guia *online* para todos os Conselheiros. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva

490 relatou que a explanação da Secretária Nacional trouxe mais preocupações enquanto gestores  
491 municipais e entendeu que é necessário que os blocos de financiamento tenham elementos  
492 compostos para que os municípios possam fazer a gestão dos recursos. O Conselheiro Benedito  
493 Augusto de Oliveira compreendeu que é salutar realizar uma ação radical dentro do Conselho e da  
494 sociedade em relação à questão orçamentária e ressaltou que estão vivendo uma afronta inaceitável.  
495 A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho esclareceu que a fusão dos blocos de financiamento foi  
496 com a intenção de ter uma maior possibilidade de otimização dos recursos e manifestou que existe  
497 um momento de enorme insegurança inexplicável, que está afetando todas as políticas públicas.  
498 Discorreu que não acredita que haverá desmonte da Política de Assistência Social e informou que o  
499 Deputado Eduardo Barbosa elaborou uma emenda com relação ao orçamento, que já foi aprovada,  
500 porém, ainda não atende a proposta orçamentária realizada para 2018. Ponderou que precisam  
501 realizar uma reunião com os estados em relação a sua fragilidade no compromisso com o SUAS. O  
502 Presidente Fábio Moassab Bruni notificou que o Deputado Eduardo Barbosa conseguiu aprovar, no  
503 âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Defesa dos Direitos da  
504 Pessoa com Deficiência, sugestões de emendas para recompor o orçamento do SUAS e incrementar  
505 o cofinanciamento da Política Nacional de Assistência Social, sendo que no âmbito da Proteção  
506 Social Básica conseguiu uma recomposição de R\$ 1.514.033.008,00, no âmbito da Proteção Social  
507 Especial de Média Complexidade de R\$ 235.400.000,00 e no âmbito da Proteção Social Especial de  
508 Alta Complexidade de R\$ 423.000.000,00. A Conselheira Elisa Maciel Costa articulou que é  
509 necessário lutar contra o racismo institucional e ter uma atenção aos CRAS quilombolas e indígena,  
510 para que haja um preenchimento correto do Censo SUAS e solicitou que não seja perdido o marco  
511 legal da primeira infância, destacando que a OIT alertou que o Brasil deixou de ser referência no  
512 combate ao trabalho escravo. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho afirmou que tentarão  
513 atender todas as questões colocadas pela Conselheira e o Presidente Fábio Moassab Bruni  
514 comunicou que será realizada uma audiência com o Ministro da Fazenda no dia 06 de novembro as  
515 15h00, compreendendo que seria fundamental a participação da SNAS. A Conselheira Mariana de  
516 Souza Machado Neris entendeu que não existem dados que fundamentam que o Brasil deixou de ser  
517 referência no combate ao trabalho escravo e sugeriu que o CNAS elabore uma manifestação no  
518 sentido de propor a revogação da portaria que realiza alterações dos próximos procedimentos em  
519 relação à fiscalização e acompanhamento do trabalho escravo. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
520 postulou que já solicitou a Secretaria Executiva que elabore uma minuta requisitando que o

521 Ministro do Trabalho revogue essa portaria e a Conselheira Clátia Regina Vieira compreendeu que  
522 o Conselho deve retirar alguns encaminhamentos e algumas estratégias de continuidade da  
523 mobilização referente à recomposição do orçamento para a Assistência Social, sugerindo realizar  
524 novamente um alerta com a nota de repúdio, publicizar as agendas e continuar a mobilização dos  
525 parlamentares. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva relatou que o CONGEMAS está  
526 realizando uma frente maciça junto as bancadas estaduais e indagou se existe algum retorno em  
527 relação à Procuradoria. O Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que foram enviadas todas as  
528 informações solicitadas e na semana subsequente ao envio, entrou em contato com o seu gabinete,  
529 que informou que a Procuradora havia entrando de férias. Seguindo para o balanço da Proteção  
530 Social Básica, a Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do  
531 Desenvolvimento Social – MDS, cumprimentou a todos e explicou que esse item veio de uma  
532 demanda da Comissão de Política de Assistência Social. Arrazou que a Proteção Social Básica  
533 possui como funções a proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos e seu  
534 principal desafio colocar ou resgatar ou concretizar o seu caráter preventivo. Explanou que alcançar  
535 o caráter preventivo é intrinsecamente conseguir alcançar a aplicação prática da concepção de  
536 vigilância socioassistencial no CRAS e discorreu que, em 2017, houve uma percepção muito  
537 precisa em relação ao Cadastro Único, sendo que estão encerrando um trabalho com a SENARC de  
538 identificar o impacto do Cadastro Único no CRAS. Articulou que existem 756 CRAS cofinanciados  
539 com um custo anual de R\$ 739 milhões, visto que compõe essa rede: 1.226 equipes volantes com  
540 um custo anual de R\$ 76 milhões, Rede de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
541 em 4971 municípios com dois milhões de atendimentos com um custo anual de R\$ 732 milhões,  
542 Rede de Proteção Social Básica no Domicílio que não possui o cofinanciamento assegurado  
543 estimado R\$ 546 milhões para execução em nível nacional, Programas ACESSUAS Trabalho e  
544 Primeira Infância. Salientou que Rede de CRAS possui 8.288 CRAS instalados em nível nacional,  
545 visto que o Governo Federal cofinancia apenas 7.456 CRAS e que existe um déficit de 1.039  
546 CRAS. Observou que existe uma necessidade de cobertura de 1.779 CRAS em nível nacional, o que  
547 representa R\$ 1.047.000.000,00 e explicou que estão considerando o reajuste de aproximadamente  
548 45% para PAIF e equipes volantes dentro da expansão. Articulou que, no campo da gestão e  
549 aprimoramento da Rede, foi colocado com projeto prioritário o fortalecimento da integração de  
550 serviços, programas e benefícios, destacando como ações: a revisão de processos operacionais do  
551 CRAS, integração dos programas do PAIF, criação da Coordenação de Ações Complementares e o

552 apoio técnico proativo aos estados e municípios. Com relação aos serviços, postulou que estão  
553 realizando um processo de revisão metodológica do PAIF para aprimoramento do trabalho social  
554 com famílias, considerando diversidade de territórios e que, nos serviços de convivência existe uma  
555 disseminação das orientações metodológicas do fortalecimento de vínculos por ciclo de  
556 vida/processo de consultoria integrada com as diferentes regiões. Com relação ao Serviço de  
557 Proteção Social Básica no Domicílio, explanou que foi o primeiro serviço que teve o seu desenho  
558 colocado em consulta pública. Articulou que, nos programas, o Programa Primeira Infância no  
559 SUAS está sendo discutido em uma Câmara Técnica com a participação do CNAS, em que está  
560 sendo definida a parte que cabe a Assistência Social. Ilustrou que o Programa ACESSUAS  
561 Trabalho define e consolida efetivamente o papel da Assistência Social no âmbito do trabalho,  
562 chancelando o compromisso de preparar os usuários do SUAS para o mundo do trabalho. Com  
563 relação aos Benefícios, relatou que o Benefício de Prestação Continuada – BPC é a maior luta da  
564 Assistência Social, sendo que estão dedicando esforços para cumprimento do Decreto nº 8.805, que  
565 impõe o cadastramento até 31 de dezembro dos idosos no Cadastro Único. Ponderou que estão  
566 realizando um grande esforço de articulação com o Departamento de Benefícios Assistências com  
567 relação aos Benefícios Eventuais, para que os mesmos sejam garantidos e para que os  
568 encaminhamentos necessários sejam mantidos. Ilustrou que o Programa Bolsa Família se  
569 consolidou como o principal programa para superação da pobreza, mencionando que estão  
570 colocando os públicos dos outros programas prioritários da Proteção Social Básica focado no  
571 Programa Bolsa Família. Discorreu que os diagnósticos atuais e as tendências futuras mostram  
572 muito sobre a Proteção Social Básica e sobre a integração com a Proteção Social Especial,  
573 exemplificando com a intensificação de migrações e com as questões de mudanças ambientes e  
574 desastres naturais. Relatou que as ações prioritárias observando as diretrizes do Plano Decenal são:  
575 universalizar os serviços e unidades de Proteção Social Básica; revisar o cofinanciamento das  
576 ofertas da Proteção Social Básica; aprimorar o monitoramento da gestão, integração e oferta  
577 qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Proteção Social Básica;  
578 qualificar as diretrizes metodológicas das ações da Proteção Social Básica; realizar ações de  
579 reestruturação do SUAS, como rever a NOB/RH. Informou que existe o compromisso de que todos  
580 os municípios alcancem o Prontuário Eletrônico do SUAS no primeiro trimestre de 2018. A  
581 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva compreendeu que a apresentação possui pontos significantes  
582 que necessitam de atenção junto aos gestores e comunicou que os municípios realizam o

583 atendimento as gestantes e as crianças de zero a três anos em domicílio, sugerindo analisar uma  
584 proposta para inclusão desse público na Proteção Social Básica em Domicílio. Com relação ao  
585 cofinanciamento, arrazoou que existe uma preocupação da gestão em relação ao avanço da  
586 discussão sobre o aprimoramento da estrutura física dos PAIFs e que, precisam aprofundar o debate  
587 em relação à cobertura da primeira infância. Discorreu que necessário certificar se os planos  
588 conseguiram atender as demandas e que, existem dimensões de conflito de entendimentos  
589 relacionados ao Programa Criança Feliz. Destacou que é muito importante rever a NOB/RH com  
590 muito cuidado, mencionando que o CONGEMAS possui algumas propostas, como: reformular a  
591 tipificação nacional dos serviços, reformular a Resolução CNAS nº 09/2014 incluindo a ocupação  
592 de agente social, ampliar as equipes de referências dos CRAS e garantir o cofinanciamento para a  
593 Proteção Social Básica Domiciliar em relação à expansão sugerida. A Conselheira Renata  
594 Aparecida Ferreira compartilhou o trabalho da Proteção Social Básica tem realizado com o  
595 CONGEMAS e com os COEGEMAS e articulou que deseja que seja avançado em uma  
596 convergência para 2018, tratando a tipificação da ação prevista no Programa Primeira Infância no  
597 SUAS com uma percepção transversal da prevenção do território da vigilância socioassistencial.  
598 Concordou que é necessário o cofinanciamento para estrutura física e entendeu que precisam criar  
599 uma Câmara Técnica para analisar o modelo de financiamento e de cofinanciamento na CIT a partir  
600 de 2018. Afirmou que a Proteção Social Básica possui o compromisso do diálogo. O Presidente  
601 Fábio Moassab Bruni lembrou que será realizado o balanço do Programa Primeira Infância no  
602 SUAS na próxima reunião do CNAS, destacando a importância de levar as informações a Secretaria  
603 responsável pela Coordenação. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira sugeriu que o balanço seja  
604 realizado com base no documento elaborado na Câmara Técnica da CIT e o Presidente Fábio  
605 Moassab Bruni solicitou que o documento seja encaminhado a todos os Conselheiros, para que  
606 possam realizar possíveis contribuições. O Conselheiro Leovane Gregório informou que foi  
607 apresentando um quadro com as sugestões de ajustes da SNAS na reunião da Câmara Técnica, que  
608 seria analisado pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDH. A  
609 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris parabenizou todo o trabalho realizado pelo  
610 Departamento de Proteção Social Básica e entendeu que precisam realizar um debate sobre a função  
611 do ente estado, já que a NOB/RH estabelece compromissos da Proteção Social Básica nos  
612 municípios. Prosseguindo para o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social  
613 realizada no dia 17 de outubro de 2017, a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris elencou os

614 Conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e postulou que  
615 foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes: a) Apreciação da Nota nº 40/2017 da  
616 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/Gabinete da Secretaria  
617 – Posicionamento sobre proposição legislativa – Proposta de emenda a Constituição PEC nº  
618 33/2012, que trata da redução da maior idade penal. Encaminhamentos: 01) A Comissão recomenda  
619 a Plenária a aprovação da nota pública elaborada pela Comissão, que referenda outros documentos;  
620 02) A Comissão recomenda encaminhar, aos Conselhos, nota pública do CONANDA de 2017,  
621 estudo da UNOPS e a Nota Técnica nº 18/2017 da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da  
622 Criança e do Adolescente/Gabinete da Secretaria; 03) A Comissão recomenda divulgar amplamente  
623 a nota pública aprovada em plenária. Item II) Apresentação da Consultoria Jurídica/CONJUR/MDS  
624 da Nota nº 231/2017 CONJUR/MDS/CGU/AGU, referente à minuta de alteração do Decreto nº  
625 5.003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CNAS.  
626 Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere solicitar a SNAS uma reunião com a SAJ com os  
627 representantes da Comissão de Normas para tratar do Decreto e convidar a SAJ e a CONJUR para  
628 reunião da Comissão de Normas de novembro, visando à sensibilização acerca do Decreto nº  
629 5.003/2004. Caso a SAJ não possa comparecer, a Comissão de Normas designará representantes  
630 para que em conjunto com o Presidente do CNAS e representantes da SNAS dialoguem diretamente  
631 com a SAJ ainda em 2017. Item II) Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial  
632 Privada do SUAS – DRSP dos seguintes temas relativos ao CNEAS: Normativas que disciplinam a  
633 responsabilidade da gestão municipal no preenchimento do CNEAS, Possibilidade de auto-  
634 cadastramento pela entidades; Alternativas para exclusão e inativação de registros no CNEAS;  
635 Desenho do plano de sensibilização para preenchimento do CNEAS. Encaminhamentos: 01) A  
636 Comissão sugere que o Departamento da Rede Socioassistencial Privada apresente, na próxima  
637 reunião da Comissão de Normas, o projeto de requerimento eletrônico do CEBAS com as  
638 funcionalidades, cronograma de implementação e as regras sugeridas para sua transição. Item IV)  
639 Definição de pauta para o mês de novembro: Apreciação do parecer da Consultoria Jurídica da  
640 CONJUR/MDS sobre inscrição e fiscalização de entidades, tendo por base as Resoluções CNAS nº  
641 14 e 21 e do Decreto nº 6308/2007; Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial  
642 Privada do SUAS do terceiro relatório trimestral de 2017 com as informações sobre os processos de  
643 certificação de entidades de assistência social conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS  
644 nº 18/2011 - Requerimento Eletrônico do CEBAS com as funcionalidades, cronograma de

645 implementação e as regras sugeridas para transição; Apresentação do relato do Grupo de Trabalho  
646 das Entidades de Assessoramento de Defesa de Garantia de Direitos acerca da inscrição e oferta das  
647 entidades em reunião conjunta com a CAC. A Conselheira Tathiane Aquino Araújo, Representante  
648 da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil – REDE TRANS/SE, realizou a leitura da proposta de  
649 nota pública do CNAS de repúdio a PEC nº 33/2012 e o Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu  
650 incluir “SUAS por direitos” ao invés de “Nem direito a menos”. A Conselheira Carmen Lúcia  
651 Lopes Fogaça propôs convidar o Conselheiro representante da OAB para participar da reunião na  
652 SAJ e compreendeu que está havendo uma penalização a sociedade civil, visto que foi pensando em  
653 realizar uma ação para provocar o judiciário. O Conselheiro Fábio Moassab Bruni explicou que, na  
654 reunião da Presidência Ampliada, foi julgado que a SAJ seria convidada para participar do plenário  
655 do CNAS ao invés da reunião da Comissão Normas devido à importância do tema e entendeu que é  
656 necessário solicitar uma audiência com o Ministro Padilha. Não havendo mais nenhum comentário,  
657 o relato da Comissão de Normas da Assistência Social foi aprovado. Iniciando o relato da Reunião  
658 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 17 de outubro  
659 de 2017, a Sra. Raquel de Fátima Antunes Martins elencou Conselheiros e membros da Secretaria  
660 Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apreciação  
661 do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 3º  
662 Trimestre. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere pautar em novembro a apreciação do  
663 Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 3º  
664 Trimestre convidando o Fundo Nacional de Assistência Social; 02) A Comissão sugere solicitar os  
665 Conselheiros que não tiveram presentes na reunião, que apreciem a nota explicativa do Fundo  
666 Nacional de Assistência Social com os comentários realizados pela Comissão incluindo outros  
667 comentários que considerarem pertinentes; 03) A Comissão sugere enviar ao Fundo Nacional de  
668 Assistência Social o documento com os comentários elaborados pela Comissão. Item II) Retorno  
669 referente à proposta orçamentária 2018. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere convidar a  
670 SPO/MDS e a SNAS para retorno referente à proposta orçamentária 2018; 02) A Comissão sugere  
671 solicitar ao Fundo Nacional de Assistência Social que indique o valor aprovado de emendas  
672 parlamentares destinadas a Assistência Social para 2018. Item III) Manual de Emendas  
673 Parlamentares. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere solicitar a ASPAR o cronograma para  
674 indicação das emendas de bancada; 02) A Comissão sugere utilizar o manual para articulação junto  
675 ao Congresso Nacional na prospecção de verbas específicas para a Assistência Social e o

676 encaminhamento formal as bancadas de deputados por *e-mail*; 03) A Comissão sugere agendar com  
677 representantes da Frente Parlamentar de Defesa da Assistência Social reunião para a entrega do  
678 manual; 04) A Comissão sugere disponibilizar no *site* do CNAS e divulgar junto ao CEAS, ao  
679 CAS/DF e aos Conselhos Municipais de Assistência Social a existência do manual e sugerir que  
680 adotem a mesma postura de divulgação em seus ambientes políticos. Item IV) Definição da pauta da  
681 reunião de novembro: Conclusão da apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e  
682 Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 3º Trimestre; Retorno referente à proposta  
683 orçamentária 2018. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva parabenizou a Comissão de  
684 Financiamento e Orçamento da Assistência Social pelo trabalho realizado em relação às emendas  
685 parlamentares e solicitou a disponibilização do manual de emendas parlamentares ao CONGEMAS  
686 para difusão junto aos gestores e colegiados estaduais. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou  
687 que possui receios em realizar uma grande divulgação do manual, uma vez que podem perder a  
688 mobilização para os serviços continuados e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins  
689 entendeu que, talvez, caberia realizar um cruzamento relacionado ao número de deputados, uma vez  
690 que há uma distribuição de acordo com a questão populacional. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
691 intuiu que poderia fazer um cruzamento com o total arrecadado com emendas individuais para a  
692 Assistência Social em cada estado. A Conselheira Elisa Maciel Costa articulou que é necessário que  
693 os estados e municípios voltem a fazer o exercício primário de ligação com as bancadas do Governo  
694 Federal, agradecendo pelo trabalho realizado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da  
695 Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovado. Seguindo  
696 para o relato da Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
697 Social e da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 17 de outubro de 2017, a  
698 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins elencou os Conselheiros, convidados e membros da  
699 Secretaria Executiva presentes e arrazoou que foi debatido o seguinte item de pauta: Item I)  
700 Avaliação e Seleção das metas e/ou iniciativas para monitoramento do PPA 2016-2019.  
701 Encaminhamentos: 01) Apresentação dos ODS no Pleno do CNAS: convidados – MP (SEPLAN) e  
702 MDS. Ementa: Apresentação do documento que compatibilizou as metas dos ODS e as metas do  
703 PPA, informando áreas responsáveis no Ministério e as entidades da sociedade civil que analisaram  
704 a compatibilização informando como ocorreu o processo de escolha das entidades para a Comissão  
705 Nacional. Não havendo nenhum comentário, o relato da Reunião Conjunta da Comissão de  
706 Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social



707 foi aprovado. Prosseguindo para o relato da Reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 17  
708 de outubro de 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni elencou os participantes e membros da  
709 Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguinte itens de pauta: Item I)  
710 Informes das reuniões das Comissões Temáticas: i) Comissão de Normas: a) Proposta de realização  
711 de convite a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil para discutir alteração do Decreto nº  
712 5.003/2004, que dispõe do processo de escolha dos representantes da sociedade civil na plenária de  
713 novembro. Encaminhamento: A Presidência Ampliada acatou a proposta, que consta na pauta da  
714 260ª Reunião Ordinária do CNAS. b) Proposta de realização de uma reunião conjunta com a  
715 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social para apresentação do relato do  
716 GT de Entidades de Assessoramento e de Defesa de Garantia de Direitos acerca da inscrição de  
717 entidades. Encaminhamento: A Presidência Ampliada acatou a proposta, que consta na pauta da  
718 260ª Reunião Ordinária do CNAS; ii) Comissão de Financiamento: a) Proposta de realização de  
719 convite a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento para reunião da  
720 Comissão de Financiamento em novembro, para tratar sobre o orçamento da Assistência Social  
721 2018 e sobre emendas parlamentares de bancada e individuais. Encaminhamento: A Presidência  
722 Ampliada acatou a proposta, que consta na pauta da 260ª Reunião Ordinária do CNAS e sugeriu  
723 convidar a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados para tratar sobre o mesmo tema;  
724 iii) Comissão de Política: a) Proposta de realização de um painel em reunião plenária do CNAS, no  
725 exercício de 2018, para apresentar as metas do Plano Nacional de Segurança Pública para o público  
726 da Assistência Social, convidando representantes da área de educação e do trabalho; b) Proposta de  
727 realização de reunião, em 2018, do CNAS com o Conselho de Direitos dos Idosos com a presença  
728 dos presidentes dos dois conselhos e ainda com a participação de membros da Comissão de Política  
729 do CNAS e representantes da SNAS, para discutir a Resolução CNDI nº 33/2017. Item II) Nota  
730 Técnica do UNOPS apresentando os cenários das proposições sobre aumento do tempo de  
731 internação (SINASE). Encaminhamento: Enviar nota a todos os Conselheiros do Conselho Nacional  
732 de Assistência Social. Item III) Consulta sobre obrigatoriedade do registro profissional para  
733 coordenador de CRAS. Encaminhamento: Encaminhar para o Departamento de Gestão do SUAS  
734 para resposta ao Conselho Municipal. Item IV) Solicitação da Fundação Nacional do Índio.  
735 Encaminhamentos: 01) Informar que, de acordo com o Artigo 15 do Regimento Interno do CNAS,  
736 as reuniões plenárias do CNAS são públicas e enviar o calendário de reunião; 02) Quanto à  
737 solicitação de participar da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, o assunto foi pautado

738 na reunião da Comissão Organizadora que deliberou por comunicar a FUNAI que há a possibilidade  
739 de inclusão de novos convidados na 11ª Conferência Nacional, visto que a lista está fechada  
740 informando sobre as vagas de observadores. Item V) Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para  
741 o exercício de 2018 no município de Florianópolis. Encaminhamento: Encaminhar para discussão  
742 na Comissão de Financiamento. Item VI) Moções sobre o Orçamento da Assistência Social 2018: a)  
743 Moção da Câmara Municipal de Rio do Sul; b) Moção de Repúdio da Câmara Municipal de  
744 Xanxare. Item VII) Articulações com relação à Proposta Orçamentária para o exercício de 2018: a)  
745 Incidência política do CNAS; b) Visita a Câmara dos Deputados para tratar sobre a Reforma da  
746 Previdência. Item VIII) Convite para o Encontro Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da  
747 Criança e do Adolescentes. Item IX) Calendário de Reunião do CNAS exercício 2018. Item X)  
748 Pauta da 260ª Reunião do CNAS de novembro de 2017: Dia 20/11 – das 09h00 as 18h00 – Reunião  
749 da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; Reunião da  
750 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; Reunião Conjunta da  
751 Comissão de Normas da Assistência Social com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da  
752 Assistência Social. Dia 21/10: das 09h00 as 16h00 – Reuniões das Comissões Temáticas; das 14h00  
753 as 16h00 – Reunião Conjunta da Comissão de Política da Assistência Social com a Comissão de  
754 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h00 as 18h00 - Presidência  
755 Ampliada. Dia 22/11: 260ª Reunião Ordinária do CNAS - 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da  
756 259ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 260ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 10h30  
757 – Informes da Presidência, Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
758 Conselheiros; das 10h30 as 12h30 – Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional  
759 de Assistência Social e Discussão sobre os preparativos para a 11ª Conferência Nacional de  
760 Assistência Social; das 14h00 as 15h30 – Avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS; das  
761 15h30 as 16h30 – Apresentação do Programa Progredir; das 16h30 as 18h00 – Painel: Igualdade  
762 Étnico racial: Não ao Preconceito Institucional. Dia 23/11 – Continuação da 260ª Reunião Ordinária  
763 do CNAS – das 09h00 as 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00 as 11h00 – Relato da  
764 Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda; das 11h00 as 12h30 –  
765 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 as 15h00 –  
766 Apresentação da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil sobre o Decreto 5.003/2004; das  
767 15h00 as 16h00 - Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social;  
768 das 16h00 as 17h00 - Relato da Comissão de Políticas da Assistência Social; das 17h00 as 18h00 -

769 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva  
770 explanou que muitos municípios brasileiros ainda não implementaram a lei do SUAS, causando  
771 algumas interpretações que não condizem com as resoluções e solicitou que a denúncia sobre a falta  
772 de registro profissional para coordenador de CRAS seja apurada, uma vez que possui o  
773 entendimento que o município não estruturou a lei do SUAS e nem a reforma administrativa.  
774 Definidos os convidados para alguns pontos de pauta, o Presidente Fábio Moassab Bruni  
775 compreendeu que deveriam incluir o relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das  
776 Conferências, sugerindo que os informes sejam encaminhados por *e-mail* para otimização do tempo.  
777 Os Conselheiros concordaram com a sugestão e o Presidente Fábio Moassab Bruni explanou que  
778 solicitará a Secretaria Executiva que analise a pauta de cada Comissão que terão as suas reuniões  
779 realizadas no dia 20 de novembro, para que possam ajustar o horário de início para as 13h00. Não  
780 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Presidência ampliado foi aprovado. O  
781 Presidente Fábio Moassab Bruni lembrou que é necessário definir quais serão as indicações para a  
782 discussão dos eixos da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e foram realizadas as  
783 seguintes indicações: Jucileide Nascimento, Luciana Jacu, Joana Mustafá, Marcelo Medeiros,  
784 Abigail Torres – Eixo I; Eleonora Cunha, Ladislau Nogueira – Eixo II; Letícia Bartolo, Alexandre  
785 Reis – Eixo III; Daniel Avelino, Marta Arretche e Caroline Stucchi – Eixo IV. Foram definidas as  
786 seguintes indicações como a primeira opção: Sra. Jucileide Nascimento para o Eixo I; Sra. Eleonora  
787 Cunha para o Eixo II, Sra. Letícia Bartolo para o Eixo III e Sra. Caroline Stucchi para o Eixo IV. A  
788 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva informou que PL 5850 aprovado na Câmara está no Senado  
789 como o PL 101, destacando que o mesmo afetará os serviços de acolhimento e entendeu que seria  
790 interessante que o CNAS solicitasse uma audiência pública com o Senado para debater sobre esse  
791 tema. O Presidente Fábio Moassab Bruni deliberou que será solicitada, por meio da Senadora Marta  
792 Suplicy, uma audiência pública para tratar do referido projeto de lei. **ENCERRAMENTO**  
793 **19/10/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou a 259ª  
794 Reunião Ordinária do CNAS.  
795